



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar de
Educação, Ciência, Juventude e Desporto

Assunto: Audição do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup) sobre o número de precários no Ensino Superior e na Ciência e “Contrato de Legislatura” entre Governo e Instituições do Ensino Superior

No passado dia 3 de dezembro, após audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup) alertou para uma discrepância entre os números apresentados, apontando até que, ao contrário do que foi afirmado, a precariedade não diminuiu.

AO mesmo tempo, no passado dia 29 de novembro, o país tomou também conhecimento sobre o “Contrato de Legislatura para o período de 2020-2023”. O acordo escrito, assinado entre o Governo e as Instituições de Ensino Superior, firma um conjunto de objetivos de financiamento e uma estratégia entre as partes.

Segundo o Governo, este Contrato de Legislatura visa reforçar a qualificação dos portugueses e estimular a convergência de Portugal com a Europa até 2030 através de um esforço de responsabilização coletiva e fixando um quadro estável e planeado do financiamento público para o ensino superior nos próximos quatro anos. Citando o resumo que o Governo disponibilizou no seu sítio da internet:

“O acordo tem por objetivo responder de forma efetiva e sustentada, através da fixação de metas, a quatro desafios que o país enfrenta:

1. alargar a base social de participação no ensino superior para uma sociedade baseada no conhecimento

2. *diversificar e especializar o processo de ensino/aprendizagem no ensino superior, intensificando a atividade de I&D*
3. *empregar melhor com mais e melhor integração entre educação, investigação e inovação e uma articulação com as empresas, o tecido produtivo e a administração pública*
4. *reforçar e expandir a internacionalização do ensino superior e das atividades de I&D.*

Após a divulgação da assinatura do acordo, o Sindicato Nacional do Ensino Superior emitiu um comunicado, apresentando um conjunto de críticas ao documento em causa:

“Não só os valores anunciados pelo Governo representam um crescimento menor do que o da anterior legislatura (10,5% vs 16,4%), como significam na prática maiores dificuldades financeiras das nossas instituições. Aparentemente para este governo, o ensino superior não é um investimento no futuro, mas uma despesa a minimizar.”

(...)

“A proposta do Governo significa que em 2023 teremos o nível de financiamento de 2006 (há 17 anos atrás). A este ritmo, só em 2027 é que atingiremos os níveis de financiamento de 2009, ou seja, teremos duas décadas perdidas. Perdem todos os envolvidos no sistema (alunos docentes, funcionários, ...), mas mais, grave, perde o país com o enfraquecimento e grave limitação do ensino superior.”

(retirado do Comunicado do SNESup: Financiamento Contrato Legislatura: asfixia e resignação?)

É sobre os números reais que a Assembleia da República, cada Grupo Parlamentar, cada deputada e cada deputado, se devem basear para analisar, com critério e seriedade, o atual estado do financiamento do setor e os problemas colocados para os próximos anos no que toca à estabilidade laboral.

Importa, por isso, aferir se, por um lado, os números avançados pelo Governo correspondem aos números reais de precariedade e, por outro lado, se os próprios objetivos anunciados pelo Governo encontram o financiamento suficiente no contrato em apreço.

Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição do SNESup – Sindicato Nacional do Ensino Superior.

Os deputados e a deputada do Bloco de Esquerda,

Luís Monteiro

Joana Mortágua

Alexandra Vieira

11 de dezembro de 2019.